



Índice

- 01** Deputados quase brigam em plenário em discussão sobre índios
- 02** Paulo Corrêa solicita avião para levar atendimento médico aos índios guatós, em Corumbá
- 03** MPF defende a inclusão efetiva de ciganos no sistema educacional
- 04** Indígenas passam a integrar quadro de instrutores do Senar/MS
- 05** CMA quer discutir mineração em terras indígenas
- 06** Setur-AL incentiva turismo étnico indígena
- 07** Cuiabá recebe Jogos dos Povos Indígenas 2013
- 08** Aldeias indígenas terão agricultura de subsistência intensificada
- 09** As causas da grande mobilização indígena
- 10** Trecho da aldeia indígena dificulta duplicação da BR-386
- 11** A recente afronta aos direitos e a vida dos povos indígenas e quilombolas no Brasil
- 12** Atriz Letícia Sabatella canta em língua indígena durante premiação
- 13** Almir Suruí fala dos desafios da gestão das terras indígenas e como planeja e negocia o futuro do seu povo



Deputados quase brigam em plenário em discussão sobre índios

SÍTIO G1, 08.10.2013

Ivan Valente e Heinze partiram para cima um do outro, mas foram apartados. Discussão ocorreu após Alceu Moreira falar em 'vagabundos pintados'.

Os deputados Ivan Valente (PSOL-RJ) e Luiz Carlos Heinze (PPS-RS), coordenador da bancada ruralista, quase se enfrentaram fisicamente no plenário da Câmara nesta terça-feira (8) e tiveram que ser afastados pelos colegas após uma discussão sobre a proposta de emenda à Constituição que passa do Executivo para o Congresso a prerrogativa de decidir sobre demarcação de terras indígenas.

A briga teve início durante sessão de votação da MP do programa Mais Médicos, quando o deputado Alceu Moreira (PMDB-RS) cobrou do presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), a criação da comissão especial encarregada de analisar a PEC. Após pressão de comunidades indígenas, que fizeram protestos no Congresso Nacional na semana passada, Alves decidiu adiar a instalação do colegiado.

Em discurso no plenário, Alceu Moreira disse que a Câmara não cumpre o compromisso de criar a comissão por "medo de meia-dúzia de índios" e de "alguns vagabundos pintados".

"Depois de muito tempo de vida pública jamais imaginei que, chegando na Câmara, teria o medo como forma de deliberação. Meia-dúzia de índios e alguns vagabundos pintados fazem uma baderna, quebram vidros e aí muda-se a palavra: 'Olha, não dá mais para instalar a PEC 215 porque estamos com medo'", afirmou o parlamentar.

O deputado disse ainda quealaria para agricultores que é preciso fazer "baderna" para conseguir aprovar propostas na Câmara. "Infelizmente vou ter que dizer: 'Venham para cá, venham fazer baderna!'. Porque até a baderna é preferível frente à injustiça".

Irritado com as declarações do ruralista, o deputado Ivan Valente pediu a palavra e afirmou que não admitiria que o setor ruralista "xingasse" índios e parlamentares contrários à PEC que altera as regras de demarcação de terras.

"Aqui não tem vagabundo que defende direitos indígenas, não! Tem gente que defende direitos humanos e direitos sociais e é contra o avanço da fronteira agrícola, contra o uso da motosserra para acabar de vez com a floresta amazônica, avançar sobre direitos de cidadãos e reprimarizar o país", afirmou em alto tom.

Alceu Moreira voltou a usar o microfone para negar que tenha chamado parlamentares de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 183/ 2013

Brasília, 09 de outubro de 2013.

"vagabundo" e chegou a gritar a palavra "estúpido" para Ivan Valente. "Eu jamais chamei qualquer parlamentar de vagabundo, disse que alguns índios e meia-dúzia de vagabundos quebraram a porta do Congresso. É um estúpido!".

Nesse momento o deputado Luiz Carlos Heinze, aliado de Alceu Moreira, começou a bater-boca com Ivan Valente. Os dois parlamentares partiram um para cima do outro e foram contidos por colegas. O vice-presidente da Câmara, André Vargas (PT-SC), que estava conduzindo a sessão, pediu "respeito" e "calma" aos dois deputados.

"Calma gente! Pediria respeito de um parlamentar com outro. Pediria aos deputados que se contivessem. Deputado Ivan Valente e deputado Heinze, não será a força bruta [que resolverá a questão]", disse. Os dois deputados encerraram a discussão e a sessão para a votação da MP do Mais Médicos prosseguiu.

Apoiado por ruralistas e criticado por índios e ambientalistas, a PEC que altera o sistema de demarcação de terras indígenas e de quilombolas já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, mas, antes de ir ao plenário, tem de ser avaliado pela comissão especial. A proposta retira do governo federal a autonomia para demarcar terras indígenas, de quilombolas e zonas de conservação ambiental.

Paulo Corrêa solicita avião para levar atendimento médico aos índios guatós, em Corumbá

SÍTIO JORNAL PRELIMINAR, 08.10.2013



Paulo Corrêa se reuniu com o Comandante da Base Aérea de Campo Grande, Coronel Aviador Flávio Eduardo Mendonça Tarraf. Foto: Divulgação

O deputado estadual Paulo Corrêa se reuniu na manhã de hoje com o Comandante da Base Aérea de Campo Grande, Coronel Aviador Flávio Eduardo Mendonça Tarraf, ocasião em que entregou ofício solicitando que a Força Aérea disponibilize um avião para transporte de vinte profissionais de saúde que vão realizar atendimento médio na comunidade indígena Guató, em Corumbá.

O atendimento vai acontecer na segunda quinzena de novembro, próximo à Base Militar de Porto Índio e , segundo Paulo Corrêa, a solicitação de transporte aéreo foi feita pelo prefeito do município, Paulo Duarte (PT), ressaltando que o objetivo da ação é levar atendimento gratuito na área da saúde para os

índios Guatós, que vivem isolados da região urbana do município.

“A comunidade Guató fica distante 350 quilômetros de Corumbá e essa distância dificulta muito o deslocamentos dos moradores e principalmente, o acesso ao atendimento médico. A pedido do prefeito Paulo Duarte, solicitei a disponibilidade deste avião da Força Aérea Brasileira para fazer o deslocamento dos médicos e de toda a equipe que vai trabalhar nesta ação de saúde. O Cel. Av. Mendonça prontamente me atendeu e afirmou que vai avaliar a possibilidade”, explicou Paulo Corrêa.

Os índios guatós ocupam a Ilha Ínsua, às margens do Rio Paraguai, sendo que o acesso só é possível através de barco, em uma viagem que dura cerca de 36 horas, ou através de transporte aéreo.



MPF defende a inclusão efetiva de ciganos no sistema educacional

SÍTIO PR/MG, 07.10.2013

Secretarias de Educação devem adotar medidas para eliminar quaisquer embaraços e dificuldades à matrícula de estudantes ciganos

Belo Horizonte. A Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, órgão do Ministério Público Federal (MPF), recomendou às Secretarias Estadual e Municipal de Educação que elaborem programas com o objetivo de garantir a efetividade do direito à educação da população cigana que vive em Minas Gerais e em Belo Horizonte.

O MPF reuniu-se no dia 1º de outubro com a secretária estadual de Educação, Ana Lúcia Gazzola, e nesta segunda-feira, 07/10, com a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte. Para o procurador regional dos Direitos do Cidadão, Edmundo Antônio Dias, "as autoridades da área de educação se mostraram bastante receptivas à adoção de medidas de inclusão, no sistema escolar, de integrantes das comunidades ciganas."

A recomendação propõe que as secretarias, inicialmente, procurem identificar todas as comunidades que vivem no estado e na capital mineira, por meio da constituição de uma equipe multidisciplinar, com a participação inclusive de associações e grupos ciganos, representativos de sua diversidade.

"Os ciganos caracterizam-se por uma situação de invisibilidade. Quando a sociedade os vê, não os enxerga, pois os vê pela ótica do preconceito. O papel do Poder Público, na formulação das políticas públicas, é de transformação dessa realidade, inclusive na área educacional. Também devem ser preservados a diversidade linguística e o conhecimento tradicional das comunidades ciganas", explica o procurador regional dos Direitos do Cidadão, Edmundo Antônio Dias.

A recomendação encontra apoio em normas constitucionais, internacionais e em atos normativos internos, como a Resolução nº 3, de 16/05/2012, do Ministério da Educação, que garante a matrícula de crianças e adolescentes em situação de itinerância, "sem a imposição de qualquer forma de embaraço, preconceito e/ou qualquer forma de discriminação".

Também a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, em seu art. 28, estabelece ser dever do Estado adotar medidas para preservação das línguas faladas pelos povos tradicionais, devendo o Poder Público garantir que as crianças de referidos povos aprendam a ler e escrever em sua própria língua. Por sua vez, a Recomendação Geral nº 27, de 16/08/2000, do Comitê para Eliminação da Discriminação Racial da Organização das Nações Unidas, prevê a possibilidade de instrução bilíngue ou na língua materna.

O próprio Conselho Nacional de Educação (CNE), ao analisar um caso concreto, determinou,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 183/ 2013

Brasília, 09 de outubro de 2013.

entre outras medidas, a instituição no âmbito do Ministério da Educação e das Secretarias de Educação de "programas especiais destinados à escolarização e à profissionalização da população itinerante, prevendo, inclusive, a construção de escolas itinerantes, como, por exemplo, as escolas de acampamento". Para o CNE, constitui "dever do Estado e dos sistemas de ensino o levantamento e a análise de dados relativos à especificidade dos estudantes em situação de itinerância".

Por isso, o MPF recomendou a adoção de diversas medidas que, entre outras coisas, valorizem a diversidade linguística e o conhecimento tradicional das comunidades ciganas, eliminando toda discriminação ou assédio racial contra estudantes ciganos no ambiente escolar e promovendo ou incentivando a publicação e distribuição, para a comunidade escolar, de material impresso e audiovisual sobre a história e cultura ciganas.

Veja aqui

(<http://www.prmg.mpf.mp.br/prdc/recomendacoes/rcd-91-recomenda-as-secretarias-estadual-e-municipal-de-educacao-a-inclusao-dos-ciganos-no-sistema-escolar/arquivo>)

o inteiro teor da Recomendação.

Assessoria de Comunicação Social
Ministério Público Federal em Minas Gerais
Tel.: (31) 2123.9008
No twitter: mpf_mg



Indígenas passam a integrar quadro de instrutores do Senar/MS

SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 08.10.2013

O quadro de instrutores do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar/MS - Sistema Famasul) ganhou recentemente o reforço de 20 novos instrutores. O diferencial do resultado deste processo seletivo é que três indígenas da etnia Terena estão entre os selecionados e agora podem ministrar os cursos oferecidos pelo Senar aos produtores rurais do Estado, inclusive os oferecidos pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Entre os aprovados, está o técnico em horticultura, Joãozinho da Silva, que soube da seleção através de jornais e decidiu se inscrever sem sequer contar o fato na aldeia Ipegue, em Aquidauana, onde reside. "Quando fiquei sabendo, decidi participar, mas não comentei com ninguém. Sempre admirei o trabalho do Senar, por colaborar com o crescimento de quem trabalha no campo. Agora, vou utilizar o que aprendi nesta capacitação para levar conhecimento à minha comunidade e colaborar para aumentar a profissionalização. O que aprendi aqui foi muito além do esperado", ressalta o novo instrutor.

Da aldeia Taboquinha, em Nioaque, os primos Wesley Marques da Silva e Luiz Ângelo Marques da Silva, também foram selecionados. Ambos são técnicos agrícolas e souberam do processo seletivo durante uma capacitação do Senar que está ocorrendo na aldeia. "Na nossa comunidade há muita vontade de aprender e a expectativa de todos é muito grande. Vamos atuar em todo o Estado, mas nosso maior desejo é levar conhecimento às aldeias e levar a todos esses novos conhecimentos que aprende os aqui. Estão todos muito ansiosos e também felizes porque o Senar já levou cursos para a aldeia e os resultados são ótimos", revela Wesley Marques da Silva.

Esta é uma nova fase, onde as capacitações chegarão com maior penetração nas aldeias e áreas indígenas do Estado, aliando o trabalho de capacitação e qualificação profissional, desenvolvido pelo Senar, com o respeito e manutenção da cultura, costumes e realidade das aldeias. A também indígena Tainá Terena já faz parte do quadro de instrutores da entidade. Ela foi qualificada em processo seletivo anterior.

Durante a capacitação da última semana, os novos instrutores receberam 40 horas de treinamento, onde eles conheceram a atuação do Senar, importância do trabalho realizado e acima de tudo, a importância da humanização no contato com os futuros alunos, como detalha o instrutor do Senar Central, Ricardo Marin. "Eles aprenderam aqui, entre outras coisas, como deve ser a atuação do educador no campo. Esta é uma das etapas mais importantes do processo".

Para a coordenadora da Unidade Educacional do Senar/MS, Maria do Rosário de Almeida, a capilaridade dos cursos desenvolvidos pela instituição só é possível graças à atuação positiva

CONT.



dos instrutores. "Vamos até o aluno e isso acontece graças à dedicação e atuação profissional dos nossos instrutores", destaca.

Indígenas - Em 2013, o Senar investiu na qualificação profissional indígena, com a realização de cursos de horticultor orgânico e produtor de mandioca, realizados através do Pronatec, em três aldeias de Aquidauana, onde os participantes apresentaram satisfação com o resultado. Estas turmas receberam os certificados no dia 24 de setembro. Em setembro e outubro, novas capacitações tiveram início em aldeias de Nioaque e Juti e para o próximo ano estão previstas mais três diferentes capacitações nas aldeias do Estado.

Sobre o Sistema Famasul – O Sistema Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de MS) é um conjunto de entidades que dão suporte para o desenvolvimento sustentável do agronegócio e representam os interesses dos produtores rurais de Mato Grosso do Sul. É formado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Fundação Educacional para o Desenvolvimento Rural (Funar), Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja/MS) e pelos sindicatos rurais do Estado.

O Sistema Famasul é uma das 27 entidades sindicais que integram a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Como representante do homem do campo, põe seu corpo técnico a serviço da competitividade da agropecuária, da segurança jurídica e da valorização do homem do campo. O produtor rural sustenta a cadeia do agronegócio, respondendo diretamente por 17% do PIB sul-mato-grossense.



Boletim de Notícias - Edição nº 183/ 2013

Brasília, 09 de outubro de 2013.

CMA quer discutir mineração em terras indígenas

SÍTIO AGÊNCIA SENADO, 08.10.2013

Foi aprovado nesta terça-feira (8), pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), requerimento para realização de audiência pública sobre a exploração de minérios e de madeira em terras indígenas.

O debate foi proposto pelos senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Sérgio Souza (PMDB-PR) e Cícero Lucena (PSDB-PB). Eles querem ouvir a opinião de funcionários de campo da Fundação Nacional do Índio (Funai) sobre maneiras de compatibilizar mineração e exploração madeireira com a manutenção da qualidade de vida nas comunidades indígenas e da biodiversidade.

Serão convidados Jorge Leal, da Regional Litoral-Sul; Valdir Gonçalves, lotado em Tabatinga (AM); José Nazareno de Moraes, da Funai em Belém; Augusto Fonseca, que coordenou a unidade da fundação em Rondônia; e João Ruiz Dias, chefe de Posto Indigenista em Cacoal (RO). Por sugestão dos senadores Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Jorge Viana (PT-AC), também será convidado um representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Iara Guimarães Altafin

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



Setur-AL incentiva turismo étnico indígena

SÍTIO AGÊNCIA ALAGOAS, 08.10.2013

Assunto foi discutido em reunião com representantes da aldeia kariri-xucuru

A Secretaria de Estado do Turismo (Setur-AL) se reuniu com representantes da aldeia dos Kariris-Xocós, que ficam instalados em Porto Real do Colégio, na região do São Francisco. No encontro, que aconteceu segunda-feira (7), na sede da Setur-AL, a pauta foi a articulação para a promoção e estruturação do turismo étnico indígena em Alagoas.

Os representantes da aldeia apresentaram um projeto de ativação desse segmento turístico. Os objetivos dispostos com a realização do projeto são: incentivar o turismo em Porto Real do Colégio; Incentivar o aprimoramento da infraestrutura na região; aumentar a captação de recursos oriundos do turismo; resgatar a tradição e cultura indígena; promover essa cultura e prover a autossustentação dos indígenas.

Segundo Sandra Villanova, interlocutora da região pela Setur-AL, o turismo de experiência é o que mais tem atraído visitantes de todo o mundo. "Acredito que conhecer a cultura, gastronomia, artesanato, pinturas, danças e histórias dessas aldeias faz o turista e o alagoano a valorizar a identidade cultural do local", explicou.

Já para Paulo Kugelmas, superintendente de Marketing da Setur-AL, o primeiro passo é sinalizar a existência dessa cultura em Porto Real do Colégio. "Por isso vamos realizar algumas ações de Marketing, como a produção de algumas imagens. Esse é só o começo", afirmou.



Cuiabá recebe Jogos dos Povos Indígenas 2013

SÍTIO PORTAL BRASIL, 08.10.2013

A competição acontece entre os dias 8 e 16 de novembro, no Jardim Botânico do estado

As instalações necessárias para a realização da 12ª edição dos Jogos dos Povos Indígenas já começaram a ser erguidas. A limpeza do terreno já foi concluída e as áreas que vão receber a arena dos jogos, as ocas da Sabedoria (Digital e da Literatura), o alojamento das delegações, a feira de artesanato, o restaurante e os banheiros já foram demarcadas.

A autorização para a instalação da rede elétrica foi concedida na quinta-feira (3) e já foi iniciada.

A infraestrutura do evento será montada com base na arquitetura indígena e com conceito sustentável. Esta semana, vão chegar ao local, aproximadamente, 50 trabalhadores para dar início às edificações.

“Usaremos matéria-prima reciclada, madeiras certificadas (de manejo) e palhas das palmeira de buriti e bacuri”, informa o secretário de Esportes e Lazer, Ananias Filho.

Segundo o secretário, a realização dos Jogos Indígenas em Cuiabá será um marco muito importante. “É uma oportunidade para mostrar que os índios, além de cultura, têm muita experiência para trocar com a sociedade, principalmente no que se refere a proteção ambiental e alimentação”, disse, ao citar a Feira de Sementes como um dos grandes atrativos do evento.

Edição recordista

Os Jogos dos Povos Indígenas acontecem no período de 8 a 16 de novembro, no Jardim Botânico de Cuiabá. O evento esportivo e da cultura tradicional indígena deste ano terá recorde de participação. São esperados 1,6 mil índios de 48 etnias nacionais, além de 16 representações indígenas internacionais.

Esportes e manifestações

Durante os 10 dias de jogos, os guerreiros-atletas estarão focados nas competições esportivas. São dez modalidades: canoagem, arco e flecha, cabo de força, arremesso de lança, corrida de 100 metros, corrida de fundo, corrida de tora, natação/travessia e futebol (masculino e feminino). Exceto a travessia de rio e natação, realizadas no período da manhã, as demais provas são disputadas sempre a partir de 19h, na arena dos jogos.

É também na arena que o público visitante, moradores e estudantes poderão conferir de perto a demonstração de diversos esportes tradicionais, como ako, corrida de tora, o jamparti,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 183/ 2013

Brasília, 09 de outubro de 2013.

jawari, kargot, kaipy, katukaywa, ronkrã, tihimore, xikunahaty e zarabatana, além de lutas corporais.

Fonte:
Ministério do Esporte

Aldeias indígenas terão agricultura de subsistência intensificada

SÍTIO BLOG BELO MONTE, 08.10.2013



Maquinário utilizado em obras do PBA-CI ajuda na abertura de roças em aldeias indígenas.
(Crédito: Norte Energia)

O Programa de Atividade Produtiva das Comunidades Indígenas iniciou, no mês de setembro, a abertura de roças para produção agrícola de subsistência nas aldeias atendidas pelo Projeto Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI), executado pela Norte Energia – empresa responsável pela instalação e operação da Usina Hidrelétrica Belo Monte, no Pará. As frentes de trabalho aproveitam o chamado “verão amazônico” para concluir as obras até novembro deste ano, quando começa o período de chuvas, também considerado pelos indígenas ideal para o início do plantio.

Em alguns lugares, as atividades utilizam o maquinário já disponibilizado às aldeias para a realização de outras ações. É o caso, por exemplo, da Aldeia Bacajá, que utiliza os mesmos tratores usados na construção de uma pista de pouso para realizar o trabalho de abertura da roça. “Muitas vezes, a montagem dessa infraestrutura para fazer as obras requer tempo e habilidade. Por isso é importante realizar o máximo de ações possíveis com os equipamentos que hoje encontram-se nas aldeias para outros serviços do programa de Infraestrutura do PBA-CI”, explica o superintendente de assuntos indígenas da Norte Energia, Pedro Bignelli.

Durante a primeira etapa do trabalho, as aldeias passaram por um amplo diagnóstico para definir a vocação agrícola em cada território. “Há quem plante milho, há quem plante mandioca e há quem plante além da quantidade de subsistência. Tudo isso precisa ser definido antes da abertura das roças”, ressaltou Bignelli. Dentro deste processo de definições, a Norte Energia adquiriu tratores, escavadeiras e roçadeiras para realizar um trabalho que dure muitas colheitas.

CONT.



Algumas aldeias terão a roça reconstruída. A falta de uso do solo permitiu a recomposição parcial da floresta, fenômeno que os indígenas denominam de juquirá. Em outras o trabalho de abertura da roça será realizado desde o início do processo. Uma empresa contratada pela Norte Energia será responsável pela assistência técnica aos indígenas nos mesmos moldes que hoje a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) oferece aos produtores rurais.

O principal objetivo de todo esse trabalho está na retomada de um modo tradicional de sobrevivência, historicamente utilizado pelos indígenas que vivem na região da Transamazônica e do Xingu. "A intenção é aperfeiçoar as atividades agrícolas entre esses povos para que, mais do que produzir alimentos para sobreviver, eles possam aperfeiçoar e aumentar essa produção e transformar esta atividade em fonte de geração de renda", conclui Pedro Bignelli. O Programa de Atividade Produtiva das Comunidades Indígenas é acompanhado de perto pela Fundação Nacional do Índio (Funai), responsável, ainda, pela análise sobre todas as outras ações implementadas pelo PBA-CI.

As causas da grande mobilização indígena

SÍTIO MERCADO ÉTICO, 08.10.2013



A Mobilização Nacional Indígena, deflagrada ao longo da última semana, é uma luta pela defesa dos direitos indígenas adquiridos e para barrar uma avalanche devastadora, liderada pela Frente Parlamentar do Agronegócio. A luta é pela terra, sua posse e uso. A convocação foi da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e envolve organizações indígenas e indigenistas de diversas partes do país, agora articuladas e em luta.

A linha do tempo vai até as caravelas de Cabral, mas vamos tomá-la a partir deste ano, para compreender melhor o contexto atual. Em 16 de abril, cerca de 300 índios ocuparam o plenário da Câmara, em protesto contra a instalação de Comissão Especial para analisar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que torna praticamente impossível a demarcação das terras indígenas, ao tirar esta prerrogativa da Fundação Nacional do Índio (Funai) e transferi-la ao Congresso Nacional.

Na ocasião o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), prometeu não instalar a comissão antes do final de agosto. A Casa criou então um grupo de trabalho para discutir a condição dos índios no Brasil, cujo relatório seria um subsídio importante para a decisão de constituir ou não a comissão. Integraram o grupo lideranças indígenas, deputados ruralistas e parlamentares que defendem os direitos dos índios. Segundo Lincoln Portela (PR-MG), mediador do grupo, "basicamente aprovamos a rejeição da PEC 215." A rejeição, concluindo pela inconstitucionalidade do projeto, foi por unanimidade dos presentes, já que nenhum parlamentar da frente do agronegócio compareceu às reuniões.

Na noite de 10 de setembro, contrariando o parecer do grupo de trabalho criado por ele mesmo, Henrique Eduardo Alves instituiu a Comissão Especial para analisar a PEC 215. Alves

CONT.



estaria atendendo compromisso assumido com a bancada ruralista durante sua campanha para a presidência da Câmara. Muitos dos 27 deputados indicados então para a Comissão Especial integram a frente do agronegócio e são autores de projetos que suprimem direitos dos índios, como veremos.

Nessa semana da Mobilização, Alves pretendia instalar a Comissão Especial, com a indicação do relator e do presidente – mas teve de recuar diante das manifestações.

A PEC 215, de 2000, é de autoria do ex-deputado Almir Sá (PRB-RR), atualmente presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Roraima. Ela estabelece a competência exclusiva do Congresso Nacional para aprovar a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas e ratificar as demarcações já homologadas – hoje atribuições exclusivas do Executivo, que as executa por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai). Na avaliação de organizações indígenas e indigenistas, na prática significará o fim de novas demarcações. O risco não seria apenas para o futuro, mas também para hoje, pois das 1.046 terras já demarcadas apenas 363 estão regularizadas. As demais, ainda em processo por vários fatores, ficariam com sua homologação na dependência do Congresso. “Como contamos nos dedos quantos congressistas defendem a causa indígena, com certeza nenhuma terra será demarcada”, considera Ceíça Pitaguary, líder do movimento indígena do Ceará.

“A PEC é flagrantemente inconstitucional”, afirmou Dalmo Dallari, professor de direito da Universidade de São Paulo, ao Instituto Socioambiental (ISA): ela não respeita a separação dos poderes. As demarcações e homologações são atribuições do Executivo, procedimentos de natureza administrativa; ao Legislativo compete legislar e fiscalizar. Para alguns antropólogos, o direito à ocupação dessas terras é originário, e está assegurado na Constituição – as demarcações são apenas reconhecimento desse direito pré-existente.

A opinião de Carlos Frederico Maré, professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná vai na mesma direção. Ex-presidente da Funai, ele sustenta que a demarcação é um procedimento eminentemente técnico. Em entrevista ao ISA, disse que “a Constituição não deu direito à demarcação. Deu direito à terra. A demarcação é só o jeito de dizer qual é a terra. Quando se coloca todo o direito sobre a demarcação retira-se o direito à terra, porque então ele só existirá se houver demarcação. É isso que está escrito na PEC: que não há mais direitos originários sobre a terra. Muda-se a Constituição, eliminando-se um direito nela inscrito.”

O Projeto de Lei (PL) 1.610, de 1996, de autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR), dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas. Foi apresentado a pretexto de defender o “interesse nacional” (a ser explorado pela iniciativa privada, conforme o Código de Mineração). Se aprovado, irá se converter em lei complementar ao artigo 231 (Capítulo VIII) da Constituição. O senador pediu regime de urgência. Quer votar, portanto, sem muita discussão, e a matéria só não foi submetida à apreciação da Casa devido à mobilização em torno do tema. Na prática, talvez seja tão ou ainda mais danosa que a PEC 215. E não seria de duvidar que esta estaria sendo o boi de piranha, já que o governo mostrou-se receptivo ao PL 1.610.

Já o PL 227, de 2012, retrata cruamente um dos aspectos centrais do chamado “sequestro da
CONT.



democracia” pelas instituições que deveriam expressá-la. Foi proposto pelo deputado Homero Pereira (PSD-MT), ex-presidente da Frente Parlamentar do Agronegócio, a princípio com redação que visava dificultar as futuras demarcações de terras indígenas. Fazia-o diluindo atribuições da Funai e incluindo, entre as comissões encarregadas de definir novos territórios, os proprietários de terra. Já em sua origem era, portanto, anti-indígena.

Mas tornou-se muito pior, ao tramitar pela comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural da Câmara. Sem que tenha havido debate algum com a sociedade, os deputados que integram a comissão transformaram inteiramente sua redação. Converteram-no num projeto de lei que, se aprovado, revogará na prática, pela porta dos fundos, o Artigo 231 da Constituição.

Tal dispositivo trata dos direitos indígenas. Reconhece “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”. Estabelece uma única exceção: em situações extremas, em que houvesse “relevante interesse público da União” a exclusividade dos indígenas seria flexibilizada e seus territórios poderiam conviver com outros tipos de uso. Esta possibilidade, rara, precisaria ser definida em lei complementar.

Na redação inteiramente nova que assumiu, o PL 227/2012 é transformado nesta lei complementar. E estabelece, já em seu artigo 1º, um vastíssimo leque de atividades que poderão ser praticadas nas terras indígenas. Estão incluídas mineração, construção de hidrelétricas, rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, oleodutos, gasodutos, campos de treinamento militar e muitos outros.

Um inciso (o VIII), de redação obscura, procura ampliar ainda mais as possibilidades de violação dos territórios índios. Estabelece que é também “de relevante interesse público da União” a “legítima ocupação, domínio e posse de terras privadas em 5 de outubro de 1988”. Embora pouco claro, o texto dá margem a uma interpretação radical. A data mencionada é a da entrada em vigor da Constituição – quando foram reconhecidos os atuais direitos indígenas. Estariam legitimados, portanto, os “domínios e posses de terras privadas” existentes antes da Carta atual. Em outras palavras, a legislação recuaria no tempo, para anular na prática as demarcações que reconheceram território indígena e afastaram deles os ocupantes ilegítimos.

A PEC 237, de 2013, é de iniciativa do deputado Nelson Padovani (PSC-PR), titular do PSC na Comissão Especial da PEC 215, integrante da comissão do PL 1.610 e um dos signatários do pedido de criação da CPI da Funai, uma das estratégias da Frente para enfraquecer o órgão federal, já penalizado por redução de verbas. Essa PEC, se aprovada, tornará possível a posse indireta de terras indígenas a produtores rurais na forma de concessão. Será a porta de entrada do agronegócio aos territórios demarcados, e essa possibilidade tem tirado o sono de indígenas e indigenistas.

A portaria 303, de iniciativa da Advocacia Geral da União (AGU) em 16/07/2012, é outro dispositivo que tolhe direitos indígenas, com tom autoritário, em especial no inciso V do art. 1º, em que o usufruto dos índios não se sobrepõe ao interesse da política de defesa nacional (!), à instalação de bases, unidades e postos militares e demais intervenções militares, à

CONT.



expansão estratégica da malha viária, à exploração de alternativas energéticas de cunho estratégico e ao resguardo das riquezas de cunho estratégico, a critério dos órgãos competentes (Ministério da Defesa e Conselho de Defesa Nacional), projetos esses que serão implementados independentemente de consulta às comunidades indígenas envolvidas ou à Funai (grifo nosso).

É a pavimentação para o avanço econômico do capitalismo sem fronteiras, além de contrariar a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), de 1989, assinada pelo Brasil, a qual assegura o direito de os povos indígenas serem consultados, de forma livre e informada, antes de serem tomadas decisões que possam afetar seus bens ou direitos.

Todas essas iniciativas legais têm por objetivo possibilitar o avanço do agronegócio e da exploração de lavras minerais sobre as terras indígenas. Assim se permitiria inclusive a intrusão em territórios de nações não contatadas. Basta um simples olhar na autoria dos projetos, na trajetória negocial de seus autores e apoiadores, em suas relações comerciais com o agronegócio nacional e estrangeiro e na sua atuação articulada através de uma Frente Parlamentar para se ter certeza de que o interesse econômico é privado, setorista e excludente, em nada aparentado ao interesse nacional, do bem comum ou da União. Se há diversificação de interesses nos projetos, é na razão direta da fome, mas de lucros, do agronegócio, da bancada ruralista, das mineradoras, das madeireiras e empreiteiras.

* Marcelo Degrazia é escritor. Autor de A Noite dos Jaquetas-Pretas e do blog Concerto de Letras.

(Outras Palavras)



Trecho da aldeia indígena dificulta duplicação da BR-386

SÍTIO INDEPENDENTE, 08.10.2013

A previsão para a conclusão das obras de duplicação da BR-386 corre o risco de não ser cumprida. O trabalho se estende há três anos e sofre entraves devido interrupções da Fundação Nacional do Índio (Funai) e desapropriações de terra. A entrega era estimada até o final deste ano, mas, segundo o diretor da Conpasul, empresa responsável pela obra, Nilto Scapin, ela deve ser concluída apenas no segundo semestre de 2014.

Os 33,5 km que compõem o trabalho sofreram diversas intervenções. Inicialmente, uma determinação da Funai paralisou aproximadamente nove destes quilômetros, alegando que o espaço pertencia à área indígena, localizada no trecho entre os municípios de Estrela e Bom Retiro do Sul. Após negociações, dois quilômetros ainda aguardam liberação. Mais de 60% da extensão total já foi completada.

A Fundação ordena construção de casas para os índios, para assim aprovar a continuação da duplicação. O processo passará por licitação neste mês. "Caso os dois km restantes sejam liberados em até 60 dias teremos a conclusão no próximo ano", assinala Scapin.

Para o diretor, faz-se necessário discutir a situação com o órgão e os índios. Ele conta que apenas uma casa está localizada sobre a faixa de domínio, e sugere a revisão das imposições. "É traumático interromper um trabalho enquanto muitas vidas têm sido perdidas no trecho", sustenta.

Conpasul aguarda liberação da EGR para iniciar reparos na ERS-130

A empresa Conpasul venceu a licitação de recuperação das pistas de rolamento da ERS-130. Para que o trabalho seja executado, resta a liberação de parte da Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR).

Uma impugnação movida por outra concorrente no processo licitatório ainda trava o processo. A empresa tem até amanhã (8) para recorrer judicialmente. A Conpasul aguarda até a data para que o curso da regeneração seja estabelecido.

O edital prevê 90 dias para a conclusão da obra. Scapin acredita que, com a contribuição do tempo, poderá ser concluída em até 60 dias. O trecho se estende desde a entrada da BR-386 até o trevo de Cruzeiro do Sul. NR

A recente afronta aos direitos e a vida dos povos indígenas e quilombolas no Brasil
SÍTIO ADITAL, 08.10.2013



Por Sérgio Botton Barcellos e Patrícia dos Santos Pinheiro

Desde a invasão da Coroa Portuguesa, o Brasil tem sido um meio de produção e exploração da mão de obra escrava voltada à exportação, sobretudo de produtos primários. A partir da chegada dos europeus, os povos indígenas e, após, os/as africanos/as escravizados conviveram com os mais variados tipos de violência simbólica e física, componente intrínseco ao regime imposto pela colonização para a posse de terra e ampliação das fronteiras do território colonial. Essa violência amalgamada na sociedade e no Estado brasileiro se manifesta atualmente nos diferentes processos de repressão aos povos indígenas e quilombolas, como na invasão de suas terras, aliciamento, repressão cultural e religiosa, roubos, ausência de políticas públicas, homicídios, violência contra os/as jovens negros/as, discriminação etc.

Em função da política adotada pelos governos desde o tempo da colônia, muitos povos indígenas e quilombolas se dispersaram ou foram sendo extintos, seja por sucessivos massacres (genocídio), seja pela repressão legal, cultural e religiosa. Diante desse conjunto de aspectos sociais e históricos, essa provocação destina-se a trazer alguns elementos sobre as ameaças recentes aos direitos dos povos quilombolas.

As comunidades quilombolas, ribeirinhas, caiçaras, povos de terreiro, faxinalenses e tantas outras reivindicam ao Estado brasileiro políticas apropriadas ao seu modo de vida e resistem a políticas discriminatórias e opressivas do Estado, mesmo antes da constituinte de 1988 e conquista do artigo 68 do ADCT(1). A organização desses povos na busca por respeito e conquista dos seus direitos sociais tem provocado um debate constante e muitas vezes

CONT.



conflituoso na política brasileira, e um ponto central disso se refere aos conflitos fundiários devido à disputa pelo uso de suas terras.

No Brasil, segundo a SEPIR (2013) existem atualmente, 3.754 comunidades remanescentes de quilombos, identificadas com maior concentração nos estados do Maranhão, Bahia e Minas Gerais. De acordo com outras fontes, esse número pode chegar a mais de cinco mil. Dessas, 1.948 são reconhecidas oficialmente pelo Estado brasileiro e 1.834 são certificadas pela Fundação Cultural Palmares, sendo 63% delas no Nordeste.

Além disso, alguns outros dados sobre as comunidades quilombolas apontam:

- Há 214 mil famílias em todo o Brasil e 1,17 milhão de quilombolas;
- 75,6% das famílias quilombolas estão em situação de extrema pobreza sob a ótica do Estado;
- 92% autodeclararam-se pretos ou pardos;
- As principais atividades produtivas são a agricultura, o extrativismo e a pesca artesanal.

Um debate muitas vezes escamoteado sobre a questão central que envolve os povos quilombolas é justamente a garantia de acesso e manutenção à/da terra. A histórica concentração de terras no Brasil e o atual avanço do agronegócio estão atingindo diretamente esses povos, que possuem uma relação com a terra que transcende a mera produção agrícola, pois o território faz parte da formação identitária (ancestralidade, resistência e memória) e proporciona a sua reprodução social, ambiental e cultural que são essenciais para garantir os modos e as condições de vida desses grupos.

Quando aleijados de viver sua territorialidade em condições dignas de vida, assim, alienados de seus modos de vida e produção devido a estarem cercados pelo preconceito social, pela marginalização da zona rural e pelo receituário urbano, muitos/as quilombolas buscam o caminho das periferias das grandes cidades, muitas vezes sob condições precárias de vida. Essa mobilidade compulsória para os centros urbanos, em longo prazo, pode resultar na dissolução de suas comunidades e de laços identitários.

Ressalta-se que os/as jovens no Brasil são as principais vítimas da violência urbana e são alvos prediletos dos homicidas e dos excessos policiais, em destaque os/as jovens negros que também lideram estatísticas, como, o grupo social que recebe os salários mais baixos do mercado, do maior contingente de desempregados e dos que têm maior defasagem escolar⁽²⁾ (PNAD (2011)). Outra pesquisa recém divulgada pela OIT (2012) reafirmou essa condição.

De acordo com o Mapa da Violência, um jovem negro entre 15 e 25 anos tem chances 127% maiores de ser assassinado que a de um branco na mesma faixa etária. Em 2010, foram registradas 49.932 pessoas vítimas de homicídio no Brasil, desses 70,6% eram negros (os). Em 2010, 26.854 jovens entre 15 e 29 foram vítimas de homicídio, 74,6% dos e das jovens assassinadas/os eram negros/as e 91,3% eram do sexo masculino. Em outro estudo aponta-se que das vítimas de violência homofóbica no Brasil, que registraram denúncia, há o predomínio de vítimas até 29 anos (50,3%), na maioria jovens de cor parda ou negra.

CONT.



Atualmente, o governo federal diz que atende às comunidades pelo Programa Brasil Quilombola. Apesar de serem anunciadas medidas sob diferentes frentes (saúde, cultura, educação e outros) muitas dessas não são implementadas, bem como a legislação conquistada pelos povos quilombolas e indígenas a partir da Constituição. Ao mesmo tempo, assiste-se à aplicação de políticas de "reorganização de espaços e territórios" que não são um produto mecânico da expansão gradual das trocas, mas sim o efeito de uma ação de Estado protecionista, voltada para a reestruturação de mercados, da comercialização da terra, das florestas e do subsolo (ALMEIDA, 2012).

No caso da regularização das terras quilombolas, assegurada pela Constituição Federal, segundo dados do INCRA (2013) a emissão de títulos de posse de terras para esses povos, pode-se dizer que além de baixa, "vai de mal a pior". De acordo com o INCRA, a partir de 1995 a 2002 foram expedidos 45 títulos em 42 territórios para 90 comunidades, sendo 06 desses feitos pelo INCRA. De 2003 a 2010 foram expedidos 75 títulos em 66 territórios para 99 comunidades, sendo 15 feitos só pelo INCRA e outros 30 em parceria técnica com Institutos estaduais. Entre 2011 a 2012 só foram expedidos 19 títulos em 17 territórios para 18 comunidades quilombolas, sendo apenas 05 pelo INCRA.

Em relação ao marco legal, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, aprovada em 1989, que trata especificamente dos direitos também dos povos indígenas e quilombolas no Brasil, inclusive sobre o uso da terra e de recursos naturais é cumprida de forma precária no Brasil. Outro ataque frontal ao direito desses povos é a tentativa de revogar o Decreto nº 4.887/2003, que é o instrumento jurídico que ainda garante em lei a reparação e proteção à expropriação das terras, considerado importante para a superação das dificuldades socioeconômicas vividas nas comunidades quilombolas.

Em antagonismo a esses marcos legais, o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 215, em tramitação desde o ano 2000, tem como objetivo submeter ao Congresso Nacional a demarcação e homologação de terras indígenas, quilombolas e de áreas de conservação ambiental, que segundo a Constituição Federal é atribuição do Poder Executivo(3). Devido às grandes mobilizações ocorridas na semana passada, com destaque a dos indígenas, foi suspensa a instalação da comissão especial que analisaria a PEC 215/00.

Além disso, nos últimos meses, o governo federal, junto com o Congresso Nacional, tem anunciado mudanças nos critérios de demarcação de terras indígenas e quilombolas, com o fim da autonomia da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e do sucateado INCRA. Essas mudanças, assim como a suspensão dos processos demarcatórios em terras indígenas e quilombolas em alguns estados do país, surgem junto com um discurso de suposta "amenização" dos conflitos. Simultaneamente às ações parlamentares no Congresso Nacional, o governo federal em articulação com alguns governadores estaduais (do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Paraná) está realizando ações de assédio político sobre esses povos para atender as expectativas econômicas de fazendeiros e empresários.

O Rio Grande do Sul (RS), por meio do governo Tarso Genro (PT) é um desses exemplos de prepotência e do sistemático desrespeito aos direitos destes povos. Emcarta e relatos feitos

CONT.



pelo CIMI, CLAPA e GAPIN há detalhamentos sobre mais uma ameaça aos direitos dos povos indígenas e quilombolas, nesse caso, no RS. Alguns servidores da Secretaria de Agricultura têm proposto a permuta de terras, em territórios em estudo ou já demarcados.

Cabe ainda mencionar, que no mês passado, os indígenas e quilombolas foram reprimidos com bombas de gás e balas de borracha pela Brigada Militar em frente ao Palácio do governo do RS e após esse incidente lamentável, o governo estadual, ao encenar uma retomada do "diálogo" com lideranças indígenas e quilombolas, propôs a permuta por terras que "não são lá grande coisa". São terras, em sua maioria, desgastadas e que se encontram hoje em desuso". Tal postura política é no mínimo antagônica se comparada às políticas públicas do governo anterior do PT no RS (Olívio Dutra - 1998/2002), que procuravam reconhecer os direitos e modos de vida desses povos.

A partir desse exemplo, observa-se que a atitude do Estado em relação aos territórios tradicionalmente ocupados, embora assuma contornos particulares em cada região, reflete a articulação de grupos de poder (significativamente representados no parlamento - ver em reflexão anterior), visando à consolidação de conchavos políticos com a intenção predominante de obter sanção eleitoral(4) em 2014. Estes atores representam interesses próprios ligados ao latifúndio e ao agronegócio ou que são patrocinados por grupos transnacionais que têm interesse em posse de terras e na ampliação de suas ações no Brasil, por meio da expansão do agronegócio, das hidrelétricas e de tantos outros grandes empreendimentos do PAC. Sobretudo, antecipa as modificações ao processo de demarcação de terras visadas por esses grupos e buscadas por meio da PEC 215. As condutas de submissão aos interesses do capital também se materializam pelo aparato legal, com a edição de medidas que agravam a desconstrução dos direitos desses povos, tais como a Portaria Interministerial 419/2011, a Portaria 303/2012 da AGU e o Decreto 7957/2013.

Em uma conjuntura na qual "[...] a principal vítima da crise em andamento não seja o capitalismo, mas a própria esquerda, na medida em que sua incapacidade de apresentar uma alternativa global viável tornou-se novamente visível a todos", como mencionou Zizek (2011) em "Primeiro como tragédia, depois como farsa", tornam evidente os rebatimentos do atual estágio do desenvolvimento capitalista no Estado brasileiro. Esse conjunto de ameaças e violações aos direitos dos povos indígenas e quilombolas torna evidente essa afronta à diversidade social e cultural dos povos do Brasil, em nome do produtivismo desvairado apoiado pelo Estado.

Nessa situação política e social na qual os direitos sociais são sistematicamente violados, percebe-se que os governos direcionam sua ação política para assegurar a "governabilidade" em uma democracia capitalista que, apesar dos discursos e políticas públicas ambíguas, não dá conta da diversidade identitária do Brasil.

Notas:

(1) O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias traz os seguintes termos: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos".

(2) Outro exemplo é que a maioria das formas de violência cometidas contra os povos indígenas aumentou em 2012, segundo dados apresentados em relatório lançado pelo CIMI



Boletim de Notícias - Edição nº 183/ 2013

Brasília, 09 de outubro de 2013.

(Conselho Indigenista Missionário).

(3) Desta forma, os laudos antropológicos emitidos pela FUNAI e pelo INCRA, elaborados por profissionais de diferentes áreas, perderiam a competência para certificar a possibilidade de demarcação das terras nas comunidades indígenas e quilombolas.

(4) Uma reflexão mais apurada sobre o tema pode ser lida em: BOURDIEU, Pierre. 1998. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: O poder simbólico.

Atriz Letícia Sabatella canta em língua indígena durante premiação
SÍTIO VIAGORA, 08.10.2013

Artista foi a anfitriã do 18º Prêmio Claudia



Quando dirigiu o documentário Hotxuá, gravado no Tocantins no ano passado, Letícia Sabatella mergulhou de vez na rica cultura indígena. O resultado foi que a atriz e diretora passou a dominar a língua da tribo Krahô.

Nesta segunda-feira (7), Letícia apresentou os vencedores da 18ª edição do Prêmio Claudia. Entre uma troca e outra de figurino, a atriz surgiu deslumbrante e cantou uma música da própria autoria na língua Krahô.

O evento aconteceu na Sala São Paulo, Zona Central da capital paulista. Entre os contemplados, estava Marieta Severo, que recebeu o troféu das mãos de Lúcio Mauro Filho, colega no seriado A Grande Família, da Globo. A plateia aplaudiu em pé a atriz.

Almir Suruí fala dos desafios da gestão das terras indígenas e como planeja e negocia o futuro do seu povo

SÍTIO NEWS RONDÔNIA, 08.10.2013

Em setembro, os Paiter-Suruí de Rondônia fecharam um acordo com a empresa Natura e realizaram a primeira venda de créditos de carbono certificado em território indígena no país.



“O Brasil entende desenvolvimento a partir de resultado econômico, mas o Plano 50 anos Suruí é para discutir que tipo de desenvolvimento o nosso povo quer”, explica a liderança, que participou da construção da proposta de decreto que institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) no dia 5 de junho de 2012.

Almir Narayamoga Suruí é um índio à frente do seu tempo. Mundialmente conhecido e premiado por defender a conservação da Amazônia e os direitos dos povos indígenas, ele acaba de dar mais um passo em seu projeto mais audacioso: promover o uso sustentável dos recursos naturais da Terra Indígena Sete de Setembro em um período de 50 anos. Para isso, o povo Paiter-Suruí precisa evitar que a área de 248 mil hectares de floresta seja desmatada e, ao mesmo tempo, gerar renda para a população de cerca de 1.300 índios.

Em setembro, os Paiter-Suruí de Rondônia fecharam um acordo com a empresa Natura e realizaram a primeira venda de créditos de carbono certificado em território indígena no país. A negociação foi feita através do projeto Carbono Florestal Suruí, e o recurso obtido será usado justamente na implementação do Plano Suruí 50 anos.

Após o primeiro contato com os não-indígenas, em 1969, o povo Paiter-Suruí se deparou com profundas mudanças na sua organização social. Contudo, ao longo dos anos, não se perdeu o espírito guerreiro, e uma árdua luta pelo reconhecimento e pela a integridade do seu território ancestral, fortemente ameaçado pela invasão dos madeireiros da região, foi traçada. Hoje, com a terra indígena homologada, a luta continua, e o maior desafio é a gestão desse território.

Há um ano e quatro meses sob escolta da Força Nacional de Segurança por conta das ameaças de morte que recebe por denunciar a atividade ilegal da madeira, que ainda se faz presente no território Suruí, Almir começa a se envolver com a política partidária para defender aquilo que mais acredita: “Precisamos criar modelo de desenvolvimento sustentável na Amazônia”

Carta Capital: Qual a importância da PNGATI? Como ela será implementada?



Almir Suruí: Essa política pública mostra que é possível trabalhar com cultura indígena, conhecimento tradicional e meio ambiente. É uma maneira que o governo e os povos indígenas acharam para fazer realmente valer o direito dos indígenas sobre o uso sustentável do seu território. Mas como vamos implementar essa política? Isso só vai acontecer com orçamento, com equipe capacitada para orientar e implementar, com parceria. O governo e os povos indígenas não vão conseguir fazer sozinhos. Hoje as coisas acontecem em parceria, com diálogo, com construção responsável. Não queremos ser apenas beneficiários dessa política. Queremos implementar essa política dentro do nosso território para o bem comum do nosso povo.

CC: Como surgiu a ideia do Plano 50 anos Suruí?

AS: Nasceu pela necessidade do nosso povo que se deparou com vários desafios e ameaças após o contato com os não-indígenas. Então é uma ferramenta de diálogo para enfrentarmos esses desafios. É um plano estratégico para fazer a gestão da Terra Indígena Sete de Setembro. Hoje, o Brasil entende desenvolvimento a partir de resultado econômico, mas o Plano de 50 anos é para discutir com responsabilidade que tipo de desenvolvimento o povo Suruí quer. Como podemos trabalhar com meio ambiente e com nossa cultura? Quais resultados terão na economia? Qualidade de vida não é ter o dinheiro, é ter um espaço digno. A gente quer que a qualidade de vida do povo Suruí seja vista como resultado da proteção territorial, da valorização da cultura, da geração de emprego e renda. A gente quer autonomia para fazer a gestão do território. Temos que utilizar as políticas públicas em favor do povo, do bem coletivo.

CC: Qual o principal desafio do seu povo hoje?

AS: O povo Suruí tem terra demarcada e o desafio é fazer a gestão do território porque a pressão do desenvolvimento está muito presente e os órgãos que são responsáveis, que tem poder judicial, poder policial, não conseguem atuar porque o crime é muito grande. Há uma rede de criminalidade. Não é apenas aquele que está destruindo a floresta o único criminoso. Mas quem compra madeira ilegal na Europa, nos Estados Unidos, na Ásia também está fazendo crime ambiental. Tem terra indígena no Brasil que está demarcada, mas tem invasão. O Plano 50 anos Suruí é uma solução? Não. É uma estratégia, um caminho, mas o que falta? Falta apoio financeiro, apoio político, apoio judiciário.

CC: Quais as dificuldades que vocês enfrentam para colocar na prática esse plano?

AS: A maior dificuldade é o nosso próprio povo. Não é porque não querem, mas porque o resultado é muito demorado. A gente cria isso para realmente tentar buscar soluções de problemas enfrentados pelo povo Suruí como degradação ambiental, falta de saúde e educação, etc. Mas não adianta você ter um bom plano se não tem um sistema de governança forte. Não é para ser melhor para o Almir, ou para tal liderança, é para o bem de todo o povo Suruí. Nossa dificuldade hoje ainda é a invasão dos madeireiros no nosso território. E os madeireiros estão sozinhos? Não. Tem Suruí apoiando, tem Suruí contra, e tem Suruí que não sabe de que lado fica.



CC: Como é a relação com os madeireiros invasores?

AS: Desde 1986 alguns Suruí participam da ilegalidade da madeira. A gente começou a refletir para buscar soluções e começamos a denunciar. Mesmo que alguns Suruí estavam envolvidos, é um direito coletivo do povo, pois é uma grande ameaça para o nosso futuro. A gente buscou parceria com o governo e com a sociedade nacional e internacional. Com as denúncias, as pessoas que estavam participando da ilegalidade se sentiram incomodadas. E a resposta comum em qualquer lugar da Amazônia foi a ameaça. Não foi só contra a minha pessoa. Hoje tem uma lista de 14 lideranças que vivem ameaçadas por essa luta contra os madeireiros. A lista está crescendo porque as lideranças estão criando consciência de que é necessário proteger o nosso território, e de que é possível trabalhar com meio ambiente de forma sustentável, com economia verde.

CC: Quais as consequências das denúncias?

AS: Há um ano e quatro meses sou escoltado pela Força Nacional. A gente defende o meio ambiente e os direitos humanos e nos tornamos refém do sistema. Parece que somos bandidos, enquanto os madeireiros e outros tipos de infratores estão livres por aí. No mês passado nos deparamos com os madeireiros que nos ameaçam no nosso território. Éramos sete lideranças e mais três homens da Força Nacional que faz escolta para a gente. A equipe da Força Nacional deu voz de prisão para os madeireiros e levaram eles até a Polícia Federal. A missão deles não é prender madeireiro, é só proteger a gente, mas como nos deparamos com os infratores, por segurança, tiveram que fazer a prisão. Sabe quantas horas eles ficaram presos? Três horas. O juiz liberou. Isso porque foi um flagrante. Então é um risco para a gente. O pessoal falou que eles já voltaram para o nosso território e com mais pessoas. É um sistema muito corrupto.

CC: Como surgiu a ideia do Projeto Carbono Florestal Suruí?

AS: A ideia surgiu dentro do Plano 50 anos Suruí em 2007, mas foi oficializada em 2009. O Brasil assumiu o compromisso com as Nações Unidas de até 2020 ter desmatamento zero. Será que isso vai acontecer? O meu estado, Rondônia, é um dos campeões do desmatamento. Onde ainda tem alguma floresta em pé? Nas terras indígenas. Então quem está cumprindo a meta do Brasil? Os povos indígenas. Hoje, tanto para governo como para a sociedade, terra indígena não tem valor econômico. Mas com esse projeto milhões por ano podem ser gerados dentro do território Suruí.

CC: Qual a parceria entre o povo Suruí e a Natura?

AS: A parceria com a Natura hoje é na compra de 120 toneladas de crédito de carbono através do Projeto Carbono Florestal Suruí. Tem grande importância como exemplo para as empresas terem relação de negócios com os povos indígenas. Precisamos criar modelo de desenvolvimento sustentável na Amazônia. Não somente como visualização de lucro, mas para melhorar serviços sociais, ambientais e econômicos. O valor é confidencial, mas vamos usar o recurso em quatro prioridades: proteção do território, plano de renda sustentável, valorização da cultura e fortalecimento institucional. Vamos implementar o Plano 50 anos Suruí.



CC: Como você vê os ataques da bancada ruralista do Congresso aos direitos indígenas?

AS: É uma grande decepção quando alguns deputados anti-indígenas e ruralistas tentam ferir a nossa Constituição Federal e acabar com alguns direitos que são parte da história do Brasil. O Congresso Nacional não representa o interesse do país. Não podemos, como deputados e senadores, ver apenas os nossos interesses. A gente precisa mudar a forma de fazer reforma agrária. Um deputado, um empresário, pode ter milhares de hectares de terra no país. Não estou dizendo que eles não tem direito, mas porque então questionam que os índios tenham os seus territórios onde vivem milhares de pessoas.

CC: Não falta um indígena no Congresso? Qual o seu envolvimento com a política partidária?

AS: Gosto de desafio e é um desafio a participação dentro da política partidária. Em fevereiro, fui convidado pela Marina Silva para ajudar a pensar a construção do novo partido. Resolvi aceitar o convite e participar da direção nacional da Rede Sustentabilidade. Também estou como Primeiro Coordenador em Rondônia. Como indígena e liderança, não quero que esse partido defenda apenas os povos indígenas, mas que traga oportunidade para todos. Tenho que criar espaço de participação e ouvir a população para que eu possa realmente representar o interesse coletivo, do país, do estado e dos povos indígenas.

CC: Como você imagina o futuro do seu povo indígena?

AS: A luta Suruí é para proteger o seu território e planejar seus projetos sustentáveis, mas isso não é fácil. Será que depende só da gente? Acredito que não. Temos que melhorar o todo. Existe dificuldade para se entender a importância da sustentabilidade, do meio ambiente. Muitas vezes as pessoas que moram ao redor do nosso território tem essa dificuldade. Por que essas pessoas estão na ilegalidade? Falta emprego? Não tem qualidade de educação? A gente precisa rever todas as políticas públicas se queremos realmente implementar a PNGATI. Não queremos apenas lutar por nós, mas trazer uma oportunidade para o nosso município e estado. O povo Paiter Suruí não vai conseguir buscar solução sozinho. A ilegalidade traz um resultado imediato, mas não é bom para o nosso futuro. As coisas imediatas podem acabar de um dia o para outro. Mas se você constrói um plano a médio e longo prazo consegue uma garantia de futuro.

*Maria Emília Coelho é jornalista e coordenadora de comunicação do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)